



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 021/2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às 09:30 (nove horas e trinta minutos)
8 teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima décima
9 primeira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Sérgio Luiz
10 Brum, como Presidente e Adelto Rohr como secretário. Estiveram presentes os conselheiros
11 titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Dias Abreu, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel
12 Sadowoy Martins, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Omar Azambuja Condotta,
13 Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney
14 Santos de Pinho, Mário Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis da Silva Vargas, Pedro Luís
15 Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes,
16 Fátima Regina Carlos Saikoski, José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Aberta a sessão, o
17 presidente informou que o conselheiro Rigotti teria que se ausentar da reunião em face de reunião
18 com o Prefeito no mesmo horário, e abriu espaço para os informes do conselheiro. O conselheiro
19 Rigotti disse ter participado na semana passada de reunião no CONAPREV, com discussão das
20 alterações da Lei nº 9717/98. Informou que foi formado um grupo de trabalho com representação de
21 diversos institutos o qual levou ao Colegiado uma proposta consensuada. Explicou que ainda não
22 foi repassada aos membros do CONAPREV a última versão da proposta, e, portanto, pediu ao
23 presidente que fosse transferida para a pauta da próxima semana a continuação das discussões sobre
24 a minuta do CONAPREV. Na seqüência, passou-se à leitura da Ata da reunião passada, que foi
25 aprovada com retificação da conselheira Maris e do conselheiro Gilmar. No espaço de informes, o
26 Conselheiro Vargas informou que está acontecendo hoje, em espaço do Tribunal de Contas da
27 União, em Brasília, evento promovido pelo SINDILEGIS que tem como tema o PL 1992/07 que
28 trata da criação da previdência complementar e do órgão que irá administrá-la. Comunicou que esse
29 projeto tem votação na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados
30 prevista para amanhã. Trouxe, também, ao conhecimento do Conselho de Administração o fato
31 ocorrido com os aposentados da Câmara Municipal cujos contracheques apresentaram erros de
32 impressão. Citou, como exemplo, o caso de um inativo em que na face do comprovante consta o seu
33 nome, entretanto, depois de aberto, verificam-se nome e lançamentos referentes a outro servidor.
34 Alegou que esses contracheques são alusivos a valores que não constaram no documento relativo ao
35 mês de julho, fato que foi objeto de informe na reunião anterior. Comentou que tais acontecimentos
36 ocasionaram contratemplos e exposições desnecessárias aos colegas. O conselheiro Manuel, na
37 condição de Diretor Administrativo-Financeiro do PREVIMPA, explicou que o caso foi inédito, e
38 que foi decorrente de um problema técnico da PROCEMPA. Disse que o presidente do
39 SINDICÂMARA compareceu no PREVIMPA para verificar o ocorrido, e que um novo
40 contracheque será disponibilizado pela PROCEMPA para os inativos da CMPA. Assim que tiver o
41 retorno da PROCEMPA sobre o caso, trará a informação ao Conselho. O conselheiro Mário
42 informou que ocorrerá no dia 10/08/11 um dia de paralisação dos funcionários da SMS para a
43 discussão da carga horária de 30 horas. Haverá uma assembléia unificada na Igreja Pompéia, com a
44 participação dos municipais e municipalizados, e após a assembléia, o grupo se dirigirá ao Paço
45 Municipal para reivindicação junto ao Governo. O conselheiro Ricardo informou sobre a Comissão
46 de Saúde e Segurança do Trabalho da SMS, que está em seu 4º ano, e que está emitindo o seu
47 terceiro informativo com os últimos eventos realizados pela CSST. Disse que este ano teve eleição e
48 está assumindo uma nova diretoria, com doze membros eleitos pelos funcionários e doze membros
49 indicados pelo Secretário. A conselheira Maris convidou para um encontro de aposentados que

50 ocorrerá no SIMPA, no dia 01/09/11, às 15h, no qual será discutido o papel sindical do aposentado,
51 sendo que o evento contará com a presença do presidente do IPÊ, respondendo as questões que
52 forem formuladas pelos participantes. O presidente Brum perguntou como está a questão do
53 convênio do IPÊ com o Município. O conselheiro Mário, membro do SIMPA, explicou que
54 atualmente estão em tratativas o credenciamento da AFM e do Hospital Porto Alegre junto ao IPÊ.
55 No mês de setembro haverá reuniões setoriais para cadastramento das pessoas, pois o plano começa
56 a vigorar no mês de outubro. Disse que o SIMPA está providenciando o envio das informações aos
57 aposentados e precisa verificar junto ao PREVIMPA a relação de Inativos. Salientou que em
58 relação à AFM, os associados que quiserem poderão permanecer na Instituição, já quanto ao
59 Hospital Porto Alegre, com o término do convênio com a Prefeitura não haverá mais o repasse de
60 cerca de um milhão e oitocentos mil reais mensais, podendo o hospital se credenciar junto ao IPÊ e
61 ser utilizado por todos os associados daquele Instituto. O conselheiro Omar disse ter obtido a
62 informação no DMAE de que esse processo poderá ser estendido por mais seis meses em virtude do
63 prazo de carência do IPÊ. A conselheira Maris argumentou que a informação é de que não haverá
64 carência. O conselheiro Mário sugeriu que se encaminhasse um ofício ao Governo questionando
65 essa questão. Na pauta do dia, passou-se ao relato dos processos nºs 009.000422.10.0 – Estrutura do
66 PREVIMPA, e 009.003821.10.2 – Estrutura Organizacional/Alteração de dispositivos da LC nº
67 478/02, conselheiros relatores: Pedro Luís Martins e Francisco José Menezes da Silva. O presidente
68 abriu espaço para a discussão do relatório, que opina pela aprovação de ambos projetos. O
69 conselheiro Omar colocou ser contrário ao CC8 de Supervisor de Gabinete, pois estará acima dos
70 diretores, não havendo lógica do ponto de vista administrativo. A conselheira Maris salientou que
71 hoje são 48 cargos, sendo 52 providos, e que há previsão de se ter quatro vezes mais servidores. Em
72 relação à criação de FGs, disse que o percentual aponta em torno de 3,15% funcionários por FG,
73 sendo que 84,8% das FGs são de nível 05 ou acima desse nível. Disse que no material enviado
74 faltou o número de funcionários por setor e equipe. Salientou que caso a GPREV faça parte do
75 plano de carreira, haverá a incidência das FGs sobre a gratificação. O conselheiro Brum ponderou
76 que o projeto da estrutura não teve trabalho técnico para a sua definição e que o PREVIMPA deve
77 reduzir custos aos menores patamares possíveis, deve gastar o mínimo necessário para funcionar. O
78 conselheiro Gilmar colocou também não concordar com o CC8 de Supervisor de Gabinete. Disse
79 que concordaria com o contrário, os Diretores com CC8 e o Supervisor de Gabinete com CC7.
80 Também salientou que não vê a necessidade da criação de Unidade para a Equipe de Pagamento de
81 Pensões (EPP) e para a Equipe de Pagamentos de Ativos e Aposentados (EPAA). Argumentou que
82 hoje essas duas plataformas não se inter-relacionam com o ERGON, ocasionando muito trabalho de
83 lançamento manual às Equipes, entretanto, com o módulo previdenciário as unidades de pensão
84 (UCRP) e de aposentadoria (UCRA) farão o lançamento no sistema ao gerar o benefício,
85 diminuindo as atividades das equipes EPP e EPAA, que manterão a atualização do cadastro. Caso
86 se mantivesse o sistema antigo, aí então concordaria que passassem para Unidades, mas como não é
87 o caso, opina pela manutenção de Equipes. Salientou também que o setor de Materiais e Serviços
88 deve ser Equipe e não Unidade. O conselheiro Adeldo questionou a redação do artigo 20 da minuta
89 de alteração da LC nº 478/02, que prevê argüição pública somente para os cargos de Diretor-Geral,
90 Diretor Financeiro e Previdenciário. Opinou que o Diretor Administrativo também deverá passar
91 pela argüição na CMPA. Quanto ao CC8 de Supervisor de Gabinete, disse que anteriormente,
92 quando o projeto passou pelo Conselho, já havia alertado que o CC8, do ponto de vista
93 administrativo, tira a autoridade dos Diretores, ponderando que se for do mesmo nível concordaria,
94 mas acima não. Sugeriu a alteração na minuta do projeto de lei em relação aos Diretores e que as
95 equipes de protocolo e de arquivo sejam uma só, pois um Arquivista poderá gerenciar as duas
96 funções. A conselheira Maris questionou a transformação da função de secretário de conselho de
97 CC4 para FG4. Disse que os dois cargos de secretário de conselho deveriam estar subordinados aos
98 Presidentes dos Conselhos e não ao Diretor-Geral. O conselheiro Alexandre Abreu disse que
99 embora essa discussão tenha acontecido dentro do PREVIMPA, por uma questão funcional deveria
100 ter sido feita com a participação do sindicato, para toda a categoria e não para um segmento
101 específico, pois embora as estruturas sejam diferentes, estão dentro do Município. Colocou que com

102 a proposta de nova estrutura do DMAE, foi contratada a Fundação Getulio Vargas para fazer um
103 levantamento da situação funcional da Autarquia. A Fundação apurou haver no DMAE uma FG
104 para cada quatro funcionários, e sugeriu que não se faça a discussão descolada. Ponderou que o
105 PREVIMPA tem necessidades e o Conselho tem essa visão de um bom atendimento aos
106 aposentados e pensionistas. Concluiu dizendo que concorda com o conselheiro Gilmar de que
107 alguns setores não deveriam passar para Unidades. O conselheiro Vargas disse que tudo passa por
108 um plano de cargos e salários, sendo essa uma proposta específica. Salientou a criação de mais sete
109 Unidades, passando das sete já existentes, para 14 Unidades, inclusive com mudança de Divisão.
110 Leu o artigo 125 da LC nº 478/02, que exige estudo atuarial quando houver modificação na
111 remuneração e nos subsídios dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreira. Disse
112 estar vendo muita FG na nova estrutura e salientou não ter vindo junto com o material
113 disponibilizado aos conselheiros o estudo de valores e impacto financeiro. Também questionou se o
114 Diretor Administrativo será do quadro do PREVIMPA ou do quadro da PMPA, e que na LC nº
115 478/02 somente consta os cargos de dois Diretores, não havendo descrição das atividades desses
116 cargos, e assim, como a nova estrutura prevê a criação do cargo de Diretor-Administrativo, solicitou
117 que esses pontos sejam esclarecidos. A conselheira Marisa opinou que entre FGs e CCs,
118 primeiramente se deve preservar ao máximo as FGs e não os CCs, pois ao contrário dos CCs, os
119 funcionários do quadro permanecem e não se perde o histórico daquela atividade. E quanto à
120 colocação do conselheiro Vargas, de modificação na remuneração dos servidores com a nova
121 estrutura, disse que os valores de cada cargo estão na tabela de vencimentos publicada pelo
122 Governo e a partir dela se pode verificar a remuneração de cada cargo. O conselheiro Adelto
123 esclareceu ao conselheiro Vargas que o artigo 125 da LC 478/02 é aplicável em relação à GPREV e
124 não na criação de cargos e setores, como é o caso dos dois processos que estão em apreciação. O
125 conselheiro Brum disse que essa nova estrutura, no mínimo está aumentando os custos do
126 PREVIMPA. O conselheiro Omar concorda com a manifestação do conselheiro Adelto, de que caso
127 a GPREV estivesse nesse processo, então deveria ser apresentado o cálculo atuarial, mas como não
128 se está criando gratificação nova, apenas aumentando o efetivo, pensa que deveria ter sido
129 apresentado o plano de custos. O conselheiro Mário disse ter uma visão mais ampliada da questão.
130 No serviço público municipal o salário não é adequado, então as pessoas se movimentam criando
131 gratificações. Na realidade é um processo de concessão de salário, e nesse trabalho do PREVIMPA
132 se verifica isso. Disse ser uma distorção do processo e que se deve trabalhar a questão da
133 remuneração das pessoas. Questionou se essa é a estrutura que se quer e se está adequada às
134 necessidades do Departamento. O conselheiro Gilmar disse concordar que em relação ao artigo 125
135 da LC nº 478/02, não se está criando gratificação nova. Ponderou que na gestão anterior do
136 Conselho foi discutida a GPREV, e se viu que havia impacto financeiro. Na discussão de agora o
137 foco são as FGs, e que o valor do impacto financeiro poderia subsidiar a discussão, mas acredita
138 que não interfere na análise dos processos que estão em pauta. A conselheira Sueli disse ter
139 dificuldade de entender a questão de valorizar o funcionário porque o trabalho é complicado,
140 porque tem responsabilidade. Exemplificou que os professores solicitavam que as turmas deveriam
141 ser de no máximo vinte alunos, mas no final as turmas ficavam com trinta alunos. Perguntou se isso
142 não é responsabilidade. Salientou que nas escolas são poucas as FGs. Aqui verifica que as FGs são
143 para os amigos. Questionou onde "está escrito que algumas atividades são mais importantes que
144 outras e precisam ganhar mais em função de suas responsabilidades", somos todos importantes e
145 responsáveis dentro do quadro de funcionários municipais. Disse que sentiria vergonha de
146 apresentar essa proposta. O presidente Brum propôs mais uma semana para que o Colegiado
147 pudesse apreciar essa matéria, e que o Diretor-Geral Rigotti, pudesse estar presente e esclarecer as
148 questões que foram levantadas pelos conselheiros. O conselheiro Omar concordou com o
149 encaminhamento, dizendo ser pertinente a manifestação do Diretor Rigotti na próxima reunião, para
150 que se saiba se há a possibilidade de se revisar a proposta. O conselheiro Ricardo disse que as
151 propostas são boas e que se poderia colocá-las em Ata para apreciação da Direção do PREVIMPA.
152 Salientou ser muito importante a questão do impacto financeiro e solicitou que a Direção envie para
153 os conselheiros esse relatório. A conselheira Maris solicitou que viesse junto com o impacto

154 financeiro da nova estrutura, também o impacto financeiro da GPREV. Ficou acordado pelo
 155 Colegiado que a secretaria do Conselho solicitará junto à Direção do PREVIMPA os relatórios de
 156 impacto financeiro da nova estrutura e da GPREV para envio aos conselheiros durante a semana,
 157 para subsidiar as discussões da próxima reunião. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a
 158 sessão, às 11:14h (onze horas e quatorze minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por
 159 mim Adelto Rohr, Secretário de Mesa e pelos demais conselheiros presentes.

160

161

162

163 Sérgio Luiz Brum - Presidente Adelto Rohr – Secretário

164

165

166

167 Alexandre da Fontoura Dionello Alexandre Dias Abreu

168

169

170

171 Eduardo Kreuzer Eros Miguel Sadowoy Martins

172

173

174

175 Gilmar Cardozo dos Santos Omar Azambuja Condotta

176

177

178

179 Luiz Fernando Rigotti Marilena Ruschel da Cunha

180

181

182

183 Maris Regina Vieira Honaiser Marisa Ney santos de Pinho

184

185

186

187 Pedro Luís da Silva Vargas Pedro Luis Martins

188

189

190

191 Sueli de Fátima Mousquer Manuel Roberto Escobar

192

193

194

195 Hailton Terra de Jesus Mário Fernando Antônio da Silva

196

197

198

199 Fátima Regina Carlos Saikoski José Marcelino Heck

200

201

202

203 Ricardo Zucareli Pulvirenti

204

205